

ENTRE A VANGUARDA E O ATRASO: AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO SOB A ÓTICA DO ÍNDICE FIRJAN

Caio Cesar Tomaz de Oliveira¹

Nivalda da Costa Nunes²

Leticia Barros Silva³

Resumo: Este estudo analisa o panorama socioeconômico do estado de Mato Grosso a partir do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2025 (ano-base 2023). O objetivo geral é dissecar o desempenho do estado, identificando suas forças e debilidades estruturais através dos pilares de Emprego & Renda, Educação e Saúde. A pesquisa é norteada pela seguinte questão: como um estado com notável liderança econômica nacional, impulsionada pelo agronegócio, enfrenta o desafio de converter sua vasta riqueza em progresso social de magnitude equivalente? A metodologia consiste em uma análise documental e quantitativa dos dados oficiais do IFDM, que utiliza estatísticas públicas para avaliar os municípios. A análise foca no desempenho geral do estado, nos pilares específicos, em estudos de caso municipais e na evolução histórica (2013-2023). Os resultados revelam um desenvolvimento desequilibrado. Mato Grosso exibe um desempenho de elite no pilar Emprego & Renda, ocupando o 3º lugar no ranking nacional, com 85,1% de seus municípios em nível alto ou moderado. Contudo, essa pujança não se reflete nos pilares sociais, onde Educação e Saúde apresentam desempenho significativamente inferior, mesmo nos municípios mais ricos. O estudo de caso de Lucas do Rio Verde, líder estadual com IFDM "Alto" (0,8160), exemplifica este paradoxo, com uma pontuação excepcional em Emprego & Renda (0,9462), mas apenas moderada em Educação (0,7792) e Saúde (0,7226). Conclui-se que o modelo de desenvolvimento atual é eficaz na geração de riqueza, mas ineficiente em sua conversão em bem-estar social.

Palavras-chave: Crescimento; Evolução; Desenvolvimento.

BETWEEN VANGUARD AND BACKWARDNESS: THE CONTRADICTIONS OF REGIONAL DEVELOPMENT IN MATO GROSSO THROUGH THE LENS OF THE FIRJAN INDEX

Abstract: This study analyzes the socioeconomic landscape of the state of Mato Grosso based on the 2025 FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) (base-year 2023). The general

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da UNESP. Professor Substituto do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNEMAT/Barra do Bugres. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7806-2741>. E-mail: caio.cesar@unemat.br

² Doutora em Física Ambiental pela Universidade de Mato Grosso, campus de Cuiabá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0554-4168>. E-mail: nivalda.costa@unemat.br

³ Especialista em Direito Cível. Professora Substituta na Universidade do Estado de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7921-9389>. E-mail: leticia.barros1@unemat.br

objective is to dissect the state's performance, identifying its structural strengths and weaknesses across the pillars of Employment & Income, Education, and Health. The research is guided by the following question: how does a state with notable national economic leadership, driven by agribusiness, face the challenge of converting its vast wealth into social progress of an equivalent magnitude? The methodology consists of a documentary and quantitative analysis of official IFDM data, which uses public statistics to evaluate the municipalities. The analysis focuses on the state's overall performance, the specific pillars, municipal case studies, and the historical evolution (2013-2023). The results reveal an imbalanced development. Mato Grosso exhibits an elite performance in the Employment & Income pillar, ranking 3rd nationally, with 85.1% of its municipalities at a high or moderate level. However, this strength is not reflected in the social pillars, where Education and Health show significantly lower performance, even in the wealthiest municipalities. The case study of Lucas do Rio Verde, the state leader with a "High" IFDM (0.8160), exemplifies this paradox, with an exceptional score in Employment & Income (0.9462), but only moderate scores in Education (0.7792) and Health (0.7226). It is concluded that the current development model is effective in generating wealth but inefficient in its conversion into social well-being.

Keywords: Growth; Evolution; Development.

Introdução

O planejamento urbano e o desenvolvimento regional em Mato Grosso são intrinsecamente moldados por uma dinâmica de ocupação territorial historicamente impulsionada por vetores econômicos de alcance nacional e global. Inicialmente, a exploração de ouro no século XVIII estabeleceu os primeiros núcleos urbanos, como Cuiabá. Contudo, foi a partir da década de 1970 que o estado vivenciou uma profunda transformação, com a expansão da fronteira agrícola e a implementação de políticas governamentais de colonização.

Conforme aponta o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em seu estudo "Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso", esse processo foi caracterizado pela rápida incorporação de terras e pela modernização da agricultura, consolidando o agronegócio como o principal motor da economia regional. Essa dinâmica, focada na produção de *commodities*, direcionou a infraestrutura e os investimentos, influenciando diretamente a hierarquia e a funcionalidade da rede de cidades.

As implicações dessa rápida e extensiva ocupação nas cidades mato-grossenses são complexas e multifacetadas. Por um lado, surgiram novos e prósperos municípios, conhecidos como "cidades do agronegócio", que apresentam elevados índices de desenvolvimento econômico. Por outro lado, esse modelo de crescimento acelerado, muitas vezes

desacompanhado de um planejamento urbano eficaz, resultou em significativos desafios socioespaciais.

Estudos como o de Sanches et al. (2021) sobre a cidade de Sinop, evidenciam problemas como a especulação imobiliária, a formação de vazios urbanos e a segregação socioespacial. A população de baixa renda é frequentemente deslocada para as periferias, com acesso limitado a serviços e infraestrutura de qualidade, enquanto as áreas centrais se valorizam e concentram investimentos.

Diante deste cenário, as cidades em Mato Grosso enfrentam o desafio de conciliar o dinamismo econômico do agronegócio com a necessidade de um desenvolvimento urbano mais coeso. A lógica produtiva, que privilegia os eixos de transporte para o escoamento da produção, como a BR-163, muitas vezes se sobrepõe às necessidades locais de planejamento, conforme discutido em análises sobre a dinâmica urbano-regional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Isso se reflete em questões como a mobilidade urbana, o saneamento básico e a preservação ambiental.

A pressão sobre os recursos naturais, decorrente da expansão agrícola, também gera impactos diretos no ambiente urbano, como a qualidade da água e do ar. A busca por políticas públicas que integrem o desenvolvimento regional com um planejamento urbano sensível às realidades locais torna-se elemento fundamental para garantir a qualidade de vida e mitigar as desigualdades nas cidades mato-grossenses.

Mato Grosso, o gigante do agronegócio brasileiro, projeta uma imagem de inquestionável prosperidade econômica, sustentada por uma robusta geração de emprego e renda que o posiciona em 3º lugar no ranking nacional neste quesito. No entanto, um mergulho nos dados da edição de 2025 (ano-base 2023) do Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM) revela uma realidade interna fraturada, expondo um profundo desequilíbrio entre a força econômica e a qualidade dos serviços sociais.

Este paradoxo se materializa de forma exemplar em Lucas do Rio Verde, o município com o mais alto índice de desenvolvimento do estado. Enquanto ostenta uma pontuação quase perfeita em Emprego & Renda (0,9462), reflexo direto de sua potência agroindustrial, seus pilares sociais permanecem em um patamar apenas “Moderado”, com 0,7792 em Educação e

0,7226 em Saúde. A disparidade não é um caso isolado, mas a expressão máxima do desafio mato-grossense: a dificuldade em converter riqueza em bem-estar

Esta análise sugere a coexistência de “dois Matos Gossos”. Um é o estado moderno e dinâmico, concentrado ao longo do eixo logístico da BR-163, onde boa parte da população reside em municípios com desenvolvimento "Moderado" ou "Alto". O outro é um território onde a pujança econômica ainda não se traduziu em avanços sociais equivalentes, com 35 municípios em situação “Crítica” no quesito Saúde e desafios persistentes na qualidade da educação. O eixo analítico desta pesquisa explora essa dicotomia fundamental, investigando como um estado de liderança econômica enfrenta o desafio de construir um futuro verdadeiramente próspero e equilibrado para todos os seus cidadãos.

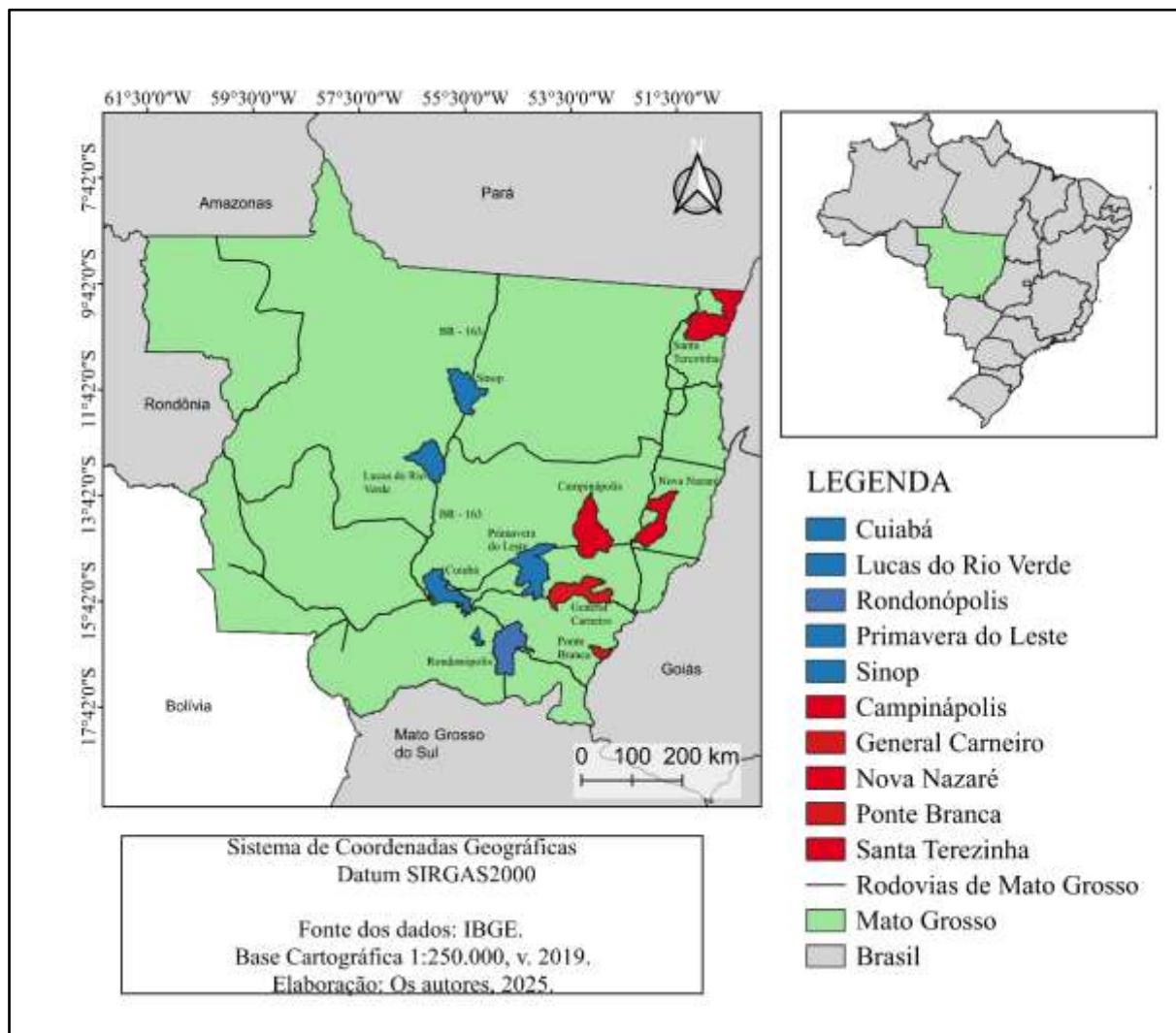
Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar o panorama socioeconômico do estado de Mato Grosso com base no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2025 (ano-base 2023), dissecando o desempenho do estado e identificando suas forças e debilidades estruturais nos pilares de Emprego & Renda, Educação e Saúde.

Metodologia

Área de estudo

A área de estudo são dez municípios do estado de Mato Grosso, que é o terceiro maior estado do Brasil, localizado na região Centro-Oeste, com uma área de aproximadamente 904.000 km² (Kastens et al., 2017) (Figura 1). Mato Grosso possui três biomas com alta biodiversidade, sendo a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal. O estado é caracterizado por climas quente, semi-úmido a úmido, com estação seca de maio a outubro (Brown et al., 2013), e a precipitação anual varia de 2.000 mm/ano no Norte e em torno de 1.000 mm/ano no Sul (Arvor et al., 2014).

Figura 1 - Mapa de localização dos dez municípios analisado no estado de Mato Grosso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

Foram analisados dez municípios do estado de Mato Grosso, sendo os cinco com os melhores Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Primavera do Leste, Cuiabá e Sinop, que são cidades caracterizadas por ter o agronegócio forte, situados ao longo da BR-163, que é um dos principais corredores logísticos do estado. E os cinco municípios com os piores IFDM, que são Campinápolis, General Carneiro, Nova Nazaré, Santa Terezinha e Ponte Branca, que se localizam no Vale do Araguaia, onde a economia se baseia na pecuária extensiva, que possui menor valor agregado se comparado a agricultura.

Procedimento metodológico

A metodologia adotada para esta pesquisa tem um caráter quantitativo, descritivo e comparativo, baseando-se exclusivamente em dados secundários. A fonte principal será a base de dados pública do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), disponível no site oficial da FIRJAN, da qual serão coletados tanto os indicadores mais recentes quanto a série histórica para permitir uma análise evolutiva.

O universo da pesquisa abrangerá as cinco primeiras e cinco últimos municípios do estado de Mato Grosso para os quais o IFDM disponibiliza dados. As variáveis de análise serão as três vertentes que compõem o índice: IFDM Emprego & Renda, que avalia o mercado de trabalho formal; IFDM Educação, que analisa a qualidade da educação básica; e IFDM Saúde, que mede as condições de saúde da população. Os procedimentos de coleta envolveram o acesso à plataforma online do IFDM, a seleção do estado de Mato Grosso e a extração e organização dos dados do índice geral e de cada uma de suas vertentes para todos os municípios.

A análise dos dados é multifacetada, iniciando-se com uma estatística descritiva para tabular e criar rankings municipais, seguida pela classificação dos municípios nas categorias de desenvolvimento do IFDM (alto, moderado, regular e baixo).

Fundamentos e Metodologia do Índice FIRJAN

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo de periodicidade anual, criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), com o objetivo de monitorar o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros. A sua credibilidade e relevância derivam do uso exclusivo de estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas anualmente por ministérios federais, como os da Economia (antigo Ministério do Trabalho), Educação e Saúde.

Esta abordagem garante comparabilidade nacional e atualizações mais frequentes que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que usa dados censitários decenais. O IFDM, portanto, funciona como uma ferramenta de gestão e análise de políticas públicas mais ágil, capaz de capturar os efeitos de ações governamentais e ciclos econômicos em um horizonte de tempo mais curto.

A metodologia do índice foi atualizada em 2025 (ano-base 2023) para refletir com maior precisão a complexa realidade brasileira. Esta revisão incluiu a atualização de parâmetros, o

peso de certos indicadores e as metas de desenvolvimento. Uma inovação importante foi a inclusão de indicadores que extrapolam a gestão estritamente municipal, reconhecendo que o desenvolvimento local é um resultado da ação conjunta das três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Apesar das atualizações, o índice mantém um desfasamento temporal médio de dois anos, devido aos diferentes calendários de publicação das bases de dados oficiais. O IFDM é calculado como a média aritmética simples de três áreas fundamentais, cada uma com peso igual, garantindo uma visão equilibrada do desenvolvimento.

Esta estrutura metodológica impede que um desempenho excepcional em uma única área, como um boom econômico, mascare deficiências em serviços sociais essenciais. Os três pilares são: Emprego & Renda, que foca exclusivamente no mercado de trabalho formal, analisando variáveis como a geração de empregos com carteira assinada, a taxa de formalização da mão de obra, a geração de renda através da massa salarial real e a desigualdade de renda no trabalho formal, medida pelo Índice de GINI.

O pilar da Educação avalia tanto o acesso quanto a qualidade da educação básica, desde a infantil até o ensino médio, incluindo indicadores como a taxa de atendimento em creches e, para o ensino fundamental, métricas como taxas de abandono, distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O pilar da Educação avalia tanto o acesso quanto a qualidade da educação básica, desde a infantil até o ensino médio, incluindo indicadores como a taxa de atendimento em creches e, para o ensino fundamental, métricas como taxas de abandono, distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Por fim, a Saúde concentra-se na qualidade da atenção básica em saúde, uma competência primária dos municípios. As variáveis analisadas incluem a proporção de gestantes com acompanhamento pré-natal adequado, o número de óbitos por causas mal definidas (um indicador da qualidade dos sistemas de informação de saúde), as mortes infantis por causas evitáveis e as Internações Sensíveis à Atenção Básica (ISAB), que medem hospitalizações que poderiam ser evitadas com um cuidado primário eficaz.

A leitura dos resultados do IFDM é direta: o índice varia de 0 (desenvolvimento mínimo) a 1 (desenvolvimento máximo), onde pontuações mais altas indicam um maior nível de desenvolvimento socioeconômico. Para facilitar a análise e criar referências claras, a FIRJAN estabeleceu uma classificação de quatro níveis, com terminologia atualizada na edição mais recente: Alto Desenvolvimento (IFDM entre 0,8 e 1,0), Desenvolvimento Moderado (IFDM entre 0,6 e 0,8), Desenvolvimento Baixo (IFDM entre 0,4 e 0,6) e Desenvolvimento Crítico (IFDM entre 0,0 e 0,4).

Este sistema de classificação padronizado é fundamental para a análise comparativa entre municípios, estados e regiões, permitindo identificar com clareza as áreas que alcançaram a excelência e aquelas que enfrentam os maiores desafios.

Resultados

Mato Grosso no Cenário Nacional - Um Gigante do Centro-Oeste

A análise do IFDM revela que Mato Grosso se projeta no cenário nacional como um estado de notável vigor socioeconômico. O seu desempenho geral, impulsionado por uma economia robusta, coloca-o em uma posição de destaque, especialmente quando comparado com a média brasileira.

Os dados da edição de 2025 do IFDM (ano-base 2023) indicam que 91,3% da população de Mato Grosso reside em municípios com nível de desenvolvimento classificado como "Moderado" ou "Alto". Este percentual é substancialmente superior à média nacional, onde 73,3% da população vive em cidades com o mesmo patamar de desenvolvimento.

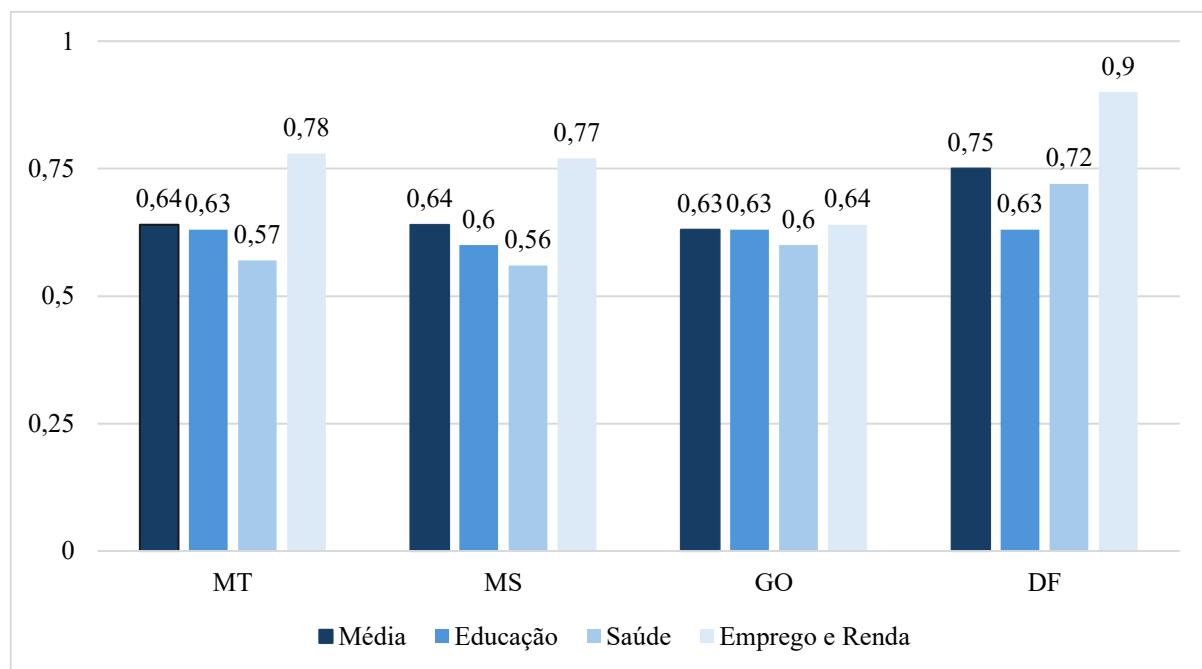
Este dado, por si só, posiciona o estado como uma região de prosperidade relativa dentro do Brasil. A força do desenvolvimento mato-grossense também se reflete no ranking de excelência: o estado conseguiu emplacar 21 de seus municípios entre os 500 mais bem classificados do país, um feito que demonstra a existência de ilhas de desenvolvimento de padrão nacional.

O principal motor por trás do excelente desempenho geral de Mato Grosso é, inequivocamente, o pilar de Emprego & Renda. Neste quesito, o estado alcança uma posição de destaque no ranking nacional, ocupando o 3º lugar, empatado com São Paulo. Um percentual total de 85,1% dos municípios mato-grossenses apresenta desenvolvimento "Alto" ou

"Moderado" neste indicador. Este resultado é superado apenas por Santa Catarina (com 95,9%) e pelo estado vizinho, Mato Grosso do Sul (com 92,4%), consolidando a região Centro-Oeste como um polo de geração de trabalho e renda no país. Esta performance robusta contrasta fortemente com a realidade de estados das regiões Norte e Nordeste, onde uma parcela significativa dos municípios ainda enfrenta condições críticas no mercado de trabalho.

Este desempenho superior não é um fenômeno isolado. A força econômica de Mato Grosso e de seu vizinho, Mato Grosso do Sul, ambos com forte vocação para o agronegócio, sugere a consolidação de um modelo de desenvolvimento regional que tem sido altamente eficaz na geração de emprego formal e na elevação da renda, distinguindo o Centro-Oeste no mapa socioeconômico brasileiro (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Comparativo do IFDM para os estados da região Centro-Oeste do Brasil



Fonte: FIRJAN, adaptado pelos autores (2025)

A análise das informações permite traçar um panorama de notável heterogeneidade regional. Evidencia-se que o Distrito Federal (DF) se posiciona como um elemento a parte, apresentando um desempenho geral significativamente superior. Sua média de 0,75 é alavancada por um índice excepcional em Emprego e Renda (0,90) e um robusto indicador de Saúde (0,72), estabelecendo uma clara discrepância em relação aos demais entes federativos da região.

Em contrapartida, os estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás (GO) exibem médias gerais muito próximas (0,64, 0,64 e 0,63, respectivamente), sugerindo uma aparente paridade no seu nível de desenvolvimento agregado. Contudo, uma análise desagregada dos componentes revela perfis socioeconômicos distintos. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul demonstram um desempenho assimétrico: enquanto apresentam indicadores elevados de Emprego e Renda (0,78 e 0,77), um provável reflexo da dinâmica do agronegócio, ambos registram os mais baixos índices no quesito Saúde (0,57 e 0,56), indicando uma fragilidade estrutural neste setor.

Goiás, por sua vez, apresenta uma distribuição mais equilibrada entre os indicadores. Sem atingir os picos de Emprego e Renda observados em seus vizinhos, o estado também não demonstra a mesma criticidade no setor da saúde, o que resulta em um perfil de desenvolvimento mais homogêneo. É digno de nota que o indicador de Educação se manifesta como o ponto de maior convergência regional, com variações mínimas entre as quatro unidades federativas.

O componente de Emprego & Renda emerge como o principal vetor de propulsão para o elevado Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de Mato Grosso, no qual 85,1% dos municípios alcançam classificação de desenvolvimento alto ou moderado. Tal desempenho encontra sua gênese na matriz econômica estadual, na qual o agronegócio figura como epicentro da dinâmica de crescimento, geração de postos de trabalho, atração de investimentos e performance exportadora. As projeções macroeconômicas para o biênio 2024-2025, embora sinalizem um potencial moderação no ritmo de expansão, permanecem em campo positivo, sustentadas pelo dinamismo contínuo deste setor.

Não obstante, essa acentuada concentração setorial expõe a economia mato-grossense a vulnerabilidades sistêmicas. Um relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), referente ao primeiro quadrimestre de 2024, corrobora essa tese ao apontar uma contração na atividade econômica estadual, decorrente do desempenho adverso do setor agropecuário, impactado por intempéries climáticas.

Esta constatação constitui um alerta crítico: o fundamento do elevado percentual do estado no IFDM demonstra-se suscetível tanto às flutuações dos mercados globais de *commodities* quanto às adversidades ambientais. Tal cenário ressalta a imperatividade de se promover a diversificação da matriz econômica como estratégia fundamental para assegurar a resiliência e a sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso a longo prazo.

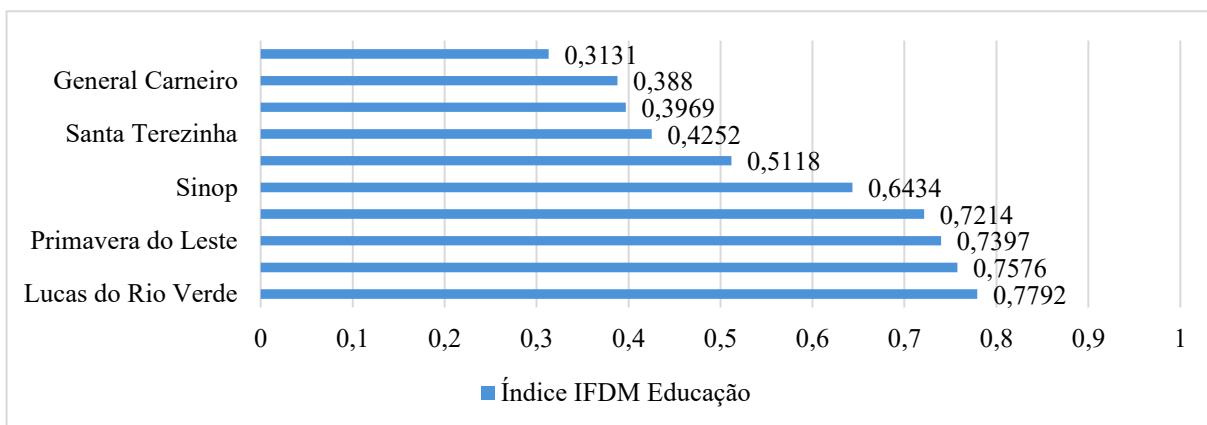
O Mosaico Municipal de Mato Grosso - Líderes, Destaques e Disparidades

A análise em nível municipal permite desvendar a heterogeneidade do desenvolvimento dentro de Mato Grosso. Enquanto alguns municípios se destacam como exemplos de sucesso no cenário nacional, outros ainda enfrentam desafios significativos, revelando padrões geográficos e setoriais claros. O Gráfico 2 apresenta um extrato do ranking do IFDM 2023 para os principais municípios de Mato Grosso, destacando os líderes e outros polos regionais mencionados na pesquisa. Ela serve como base para a análise das diferentes trajetórias de desenvolvimento dentro do estado.

A transição da análise macro, em escala estadual, para uma abordagem em nível municipal é fundamental para a elucidação das assimetrias espaciais que caracterizam o desenvolvimento no território mato-grossense. Uma média estadual, embora útil como indicador agregado, tende a mascarar a disparidade de realidades locais. No interior de Mato Grosso, observa-se um padrão de desenvolvimento desigual e combinado, onde municípios que figuram como polos de excelência no cenário nacional coexistem com localidades que enfrentam problemas estruturais significativos.

Esta heterogeneidade não é aleatória, mas sim o reflexo de um modelo econômico que privilegia determinados eixos geográficos – notadamente os corredores logísticos e as regiões de consolidação agroindustrial, delineando com clareza zonas de prosperidade e bolsões de desenvolvimento incipiente. Nesse contexto analítico, o Gráfico 2, que apresenta uma estratificação do Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2023, assume um papel instrumental com um recorte geográfico que envolve os cinco primeiros e os cinco últimos municípios classificados pela FIRJAN.

Gráfico 2 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na sua dimensão “Educação” para os municípios com os cinco melhores e os cinco piores resultados do estado de Mato Grosso.



Fonte: FIRJAN, adaptado pelos autores (2025)

A análise do gráfico que expõe o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na sua dimensão "Educação" para um extrato de dez municípios mato-grossenses revela uma profunda clivagem no capital humano e na infraestrutura educacional do território. A disparidade entre o município líder, Lucas do Rio Verde, e o de menor pontuação, Campinápolis, é a manifestação de um padrão de desenvolvimento desigual, cujas raízes estão intrinsecamente ligadas a fatores geográficos e à matriz econômica do estado.

Os municípios que figuram no topo do ranking, como Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Primavera do Leste, Cuiabá e Sinop são, em sua maioria, polos consolidados do agronegócio situados ao longo ou na área de influência direta do principal corredor logístico estadual, a rodovia BR-163. Este modelo de negócio moderno e intensivo em capital demanda uma força de trabalho qualificada, criando um ciclo virtuoso no qual a alta lucratividade do setor gera uma arrecadação tributária robusta, que pode ser revertida em investimentos para a educação, atraiendo e retendo talentos e, por sua vez, elevando a complexidade da economia local.

Em flagrante contraste, os municípios com os piores desempenhos: Campinápolis, General Carneiro, Nova Nazaré, Santa Terezinha e Ponte Branca estão majoritariamente localizados na geograficamente isolada região do Vale do Araguaia. Distantes dos grandes eixos e com uma economia baseada em setores de menor valor agregado, como a pecuária extensiva, estes municípios enfrentam óbices estruturais. O isolamento dificulta a atração de docentes qualificados e a menor densidade econômica resulta em uma base tributária frágil,

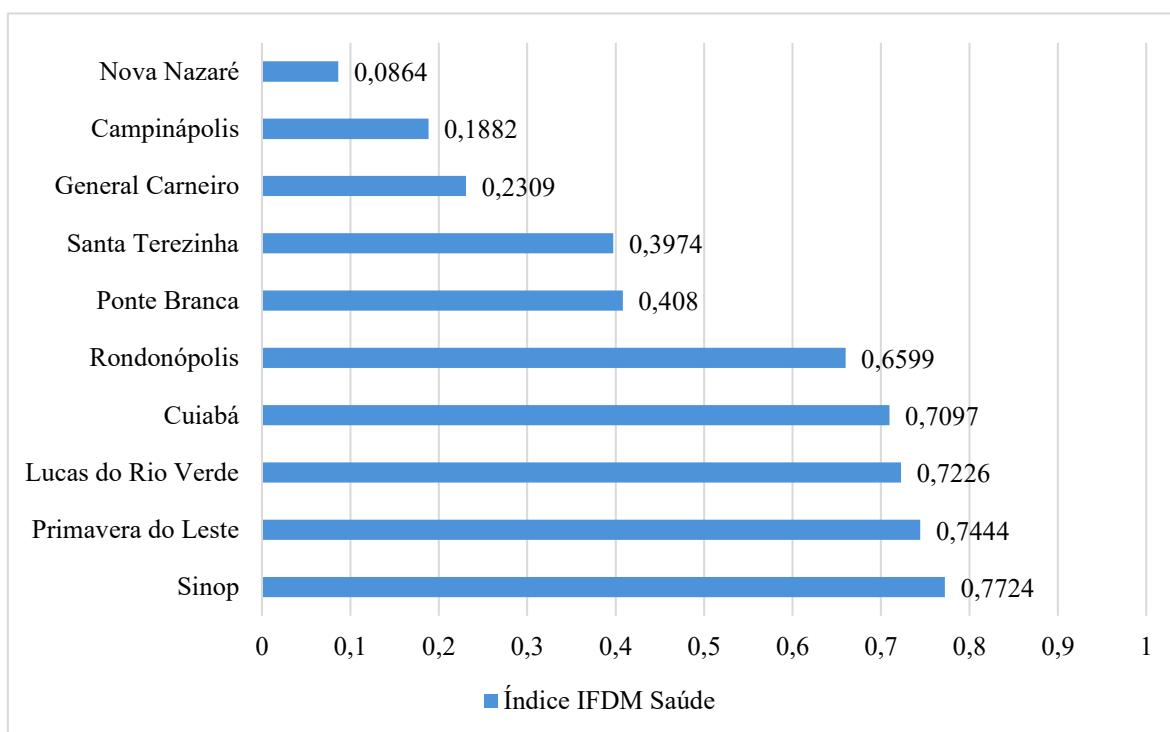
fomentando um ciclo vicioso de baixos índices educacionais, que restringem a diversificação econômica e perpetuam a estagnação.

Essa dicotomia educacional afeta a economia de Mato Grosso em sua totalidade, pois a existência de vastas "periferias educacionais" funciona como uma âncora para o desenvolvimento estadual, limitando o potencial de sofisticação e diversificação para além da exportação de *commodities*. Em suma, a análise do IFDM Educação mapeia a geografia do desenvolvimento em Mato Grosso, demonstrando que a alta performance está diretamente correlacionada com a inserção dos municípios nos fluxos dinâmicos do agronegócio globalizado, enquanto o baixo desempenho é um sintoma do isolamento geográfico e da marginalização econômica.

Em nítido contraste com a força econômica, o pilar da Educação frequentemente apresenta um desempenho apenas "Moderado", já que o valor mais alto não ultrapassou 0,8 mesmo nos municípios mais ricos e desenvolvidos do estado. Este hiato entre o poderio econômico e a qualidade educacional é um dos principais desafios de Mato Grosso.

Em sequência, o próximo tópico a ser comentado é o pilar da Saúde, que apresenta um padrão semelhante ao da Educação, com pontuações que ficam aquém do desempenho econômico. A rápida expansão populacional, atraída pelas oportunidades de emprego, exerce uma pressão imensa sobre a infraestrutura de saúde pública, tornando difícil para os serviços acompanharem o ritmo do crescimento (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na sua dimensão "Saúde" para os municípios com os cinco melhores e os cinco piores resultados do estado de Mato Grosso.



Fonte: FIRJAN, adaptado pelos autores (2025)

O panorama da saúde pública em Mato Grosso, conforme delineado pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), revela uma realidade alarmante e multifacetada. A análise do gráfico, que estratifica o desempenho de municípios selecionados, não aponta apenas para a já conhecida heterogeneidade regional, mas para uma dupla crise sistêmica: (i) a incapacidade dos municípios mais prósperos de atingirem a excelência, estabelecendo um "teto de desenvolvimento" no nível moderado; e (ii) a condição de colapso sanitário em vastas áreas do estado, evidenciada por indicadores críticos.

A observação mais estratégica é que Sinop, o município com o mais alto escore (0,7724), assim como outros polos dinâmicos do agronegócio como Primavera do Leste (0,7444) e Lucas do Rio Verde (0,7226), não alcançam o limiar de 0,8 necessário para a classificação de "alto desenvolvimento". Este fato é de suma importância. Ele sugere que mesmo nos epicentros da riqueza estadual, a conversão de capital econômico em bem-estar social, especificamente na esfera da saúde, é incompleta e ineficiente.

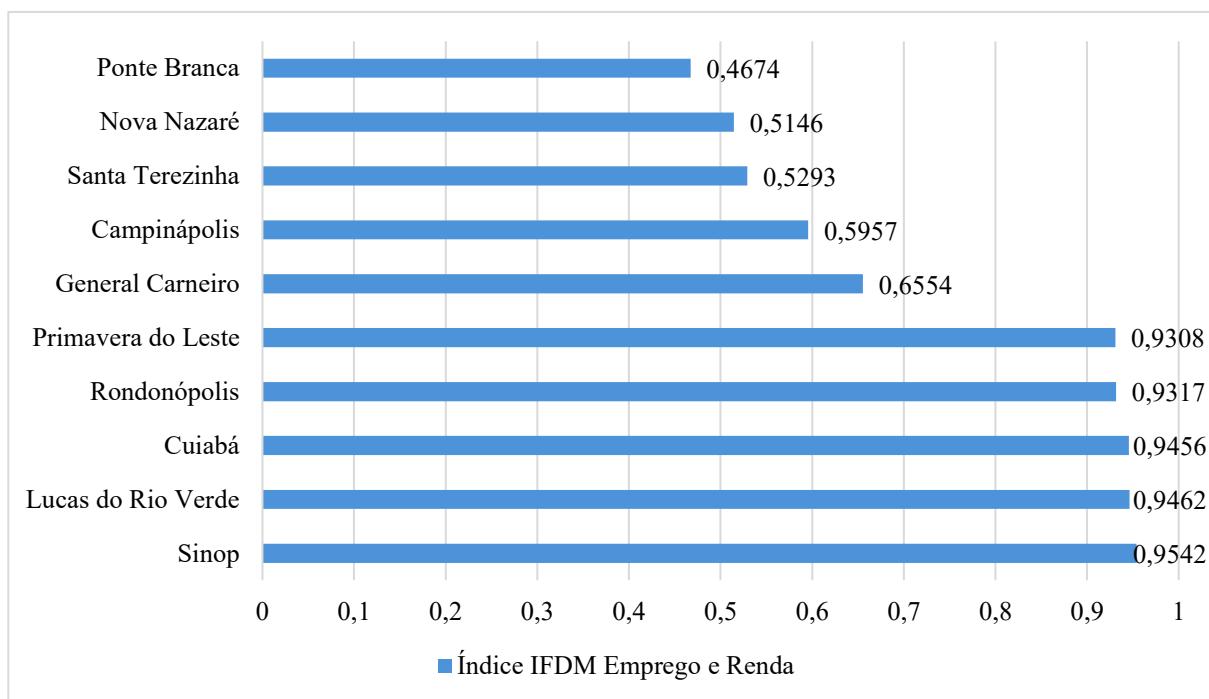
A pujança econômica, por si só, não tem sido suficiente para estruturar um sistema de saúde pública de alta performance. Tal cenário pode ser atribuído a uma série de fatores, como o crescimento demográfico acelerado e desordenado que pressiona a infraestrutura existente, a dificuldade na fixação de profissionais médicos especializados no interior, ou uma dependência excessiva de um sistema privado que não atende à totalidade da população, deixando o sistema público sobrecarregado.

Em contrapartida, o extremo oposto do espectro revela uma situação de calamidade. Municípios como Nova Nazaré (0,0864), Campinápolis (0,1882) e General Carneiro (0,2309), localizados majoritariamente na região do Vale do Araguaia, apresentam escores que indicam um verdadeiro "vazio assistencial". Esses índices, classificados como "críticos", não refletem apenas deficiências, mas a ausência de uma estrutura mínima de atenção à saúde. A pontuação de Nova Nazaré, inferior a 0,1, é emblemática de um colapso sistêmico, onde o acesso à atenção básica, ao saneamento, e a capacidade de prevenir mortes por causas evitáveis são praticamente inexistentes segundo a métrica do IFDM.

O modelo de crescimento vigente, embora altamente eficaz na geração de riqueza, demonstra uma acentuada ineficiência na conversão desse capital econômico em bem-estar social e em serviços públicos de excelência para a totalidade de sua população, colocando em xeque a sua sustentabilidade e equidade a longo prazo.

A análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para Mato Grosso culmina na avaliação de seu componente de maior robustez: Emprego e Renda (Gráfico 4). Esta dimensão específica se revela como o principal vetor de propulsão para a proeminente classificação geral do estado no contexto nacional. Tal destaque é diretamente atribuível ao desempenho excepcional de um conjunto significativo de municípios mato-grossenses, cuja pontuação se aproximam do valor máximo da escala (1,0), indicando um mercado de trabalho formal extremamente dinâmico e uma elevada capacidade de geração de renda.

Gráfico 4 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na sua dimensão “Emprego e Renda” para os municípios com os cinco melhores e os cinco piores resultados do estado de Mato Grosso.



Fonte: FIRJAN, adaptado pelos autores (2025)

O gráfico referente ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na dimensão de Emprego e Renda expõe, com notável clareza, a estrutura econômica dualista que caracteriza o estado de Mato Grosso. A análise revela um cenário de extremos, onde um conjunto de municípios opera na fronteira da eficiência em geração de emprego e renda, enquanto outro grupo permanece em um patamar de desenvolvimento significativamente inferior. Este componente, conforme mencionado, é o principal vetor que posiciona Mato Grosso como uma potência no cenário nacional, contudo, essa força agregada mascara profundas disparidades internas.

No topo do espectro, municípios como Sinop (0,9542), Lucas do Rio Verde (0,9462), Cuiabá (0,9456), Rondonópolis (0,9317) e Primavera do Leste (0,9308) registram pontuações que se aproximam do valor máximo da escala (1,0), enquadrando-se na categoria de "alto desenvolvimento". Este desempenho excepcional reflete a dinâmica dos epicentros do complexo agroindustrial e do principal centro administrativo e de serviços do estado, a capital.

O modelo de negócio intensivo em capital e tecnologia, característico do agronegócio moderno, cria uma robusta demanda por mão de obra formal e fomenta cadeias de serviços de

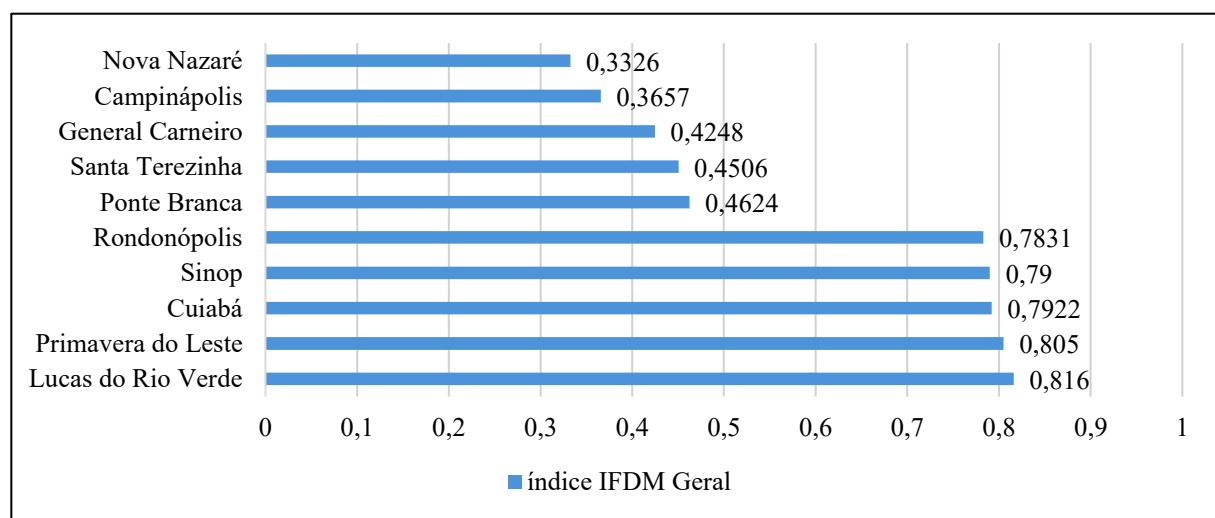
alto valor agregado, resultando em elevadas taxas de empregabilidade e massa salarial, que são os principais critérios avaliados pelo índice. Esses municípios funcionam como enclaves de alta produtividade, integrados aos mercados globais e com uma capacidade singular de geração de riqueza.

Em um evidente contraste, a outra extremidade do gráfico ilustra a realidade dos municípios situados em regiões economicamente periféricas, como Ponte Branca (0,4674), Nova Nazaré (0,5146) e Santa Terezinha (0,5293). O fosso que separa os dois grupos é a expressão quantitativa da desigualdade estrutural do estado. Enquanto os líderes quase atingem a perfeição técnica do índice, o município de Ponte Branca, por exemplo, alcança menos da metade da pontuação de Sinop, situando-se em um nível de "desenvolvimento baixo".

Esta disparidade é uma consequência direta do modelo de desenvolvimento espacialmente concentrador. As regiões que abrigam os municípios de menor desempenho, como o Vale do Araguaia, possuem economias menos dinâmicas, frequentemente baseadas na pecuária extensiva, na agricultura de subsistência e com alta dependência do emprego no setor público. A carência de investimentos privados e a infraestrutura logística precária limitam a geração de postos de trabalho formais e de renda, perpetuando um ciclo de estagnação econômica e subdesenvolvimento relativo.

O Gráfico 5 apresenta os valores com a média entre os três pilares e é possível estabelecer uma divisão entre os municípios em fundação da sua nota.

Gráfico 5 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Geral para os municípios com os cinco melhores e os cinco piores resultados do estado de Mato Grosso.



Fonte: FIRJAN, adaptado pelos autores (2025)

A consolidação dos indicadores nas dimensões de Emprego e Renda, Educação e Saúde no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Geral oferece uma sistematização final e contundente do perfil de desenvolvimento de Mato Grosso. O resultado agregado não apenas confirma, mas aprofunda a tese de uma acentuada heterogeneidade estrutural, delineando um mapa de fraturas socioeconômicas no território estadual. A constatação mais eloquente deste cenário é a exclusividade de apenas dois municípios, Lucas do Rio Verde (0,8160) e Primavera do Leste (0,8050), na categoria de "alto desenvolvimento".

Estes dois municípios emergem como exceções paradigmáticas, demonstrando uma capacidade superior de converter sua robustez econômica em progresso social. O alcance do patamar de "alto desenvolvimento" sugere que, para além de um pilar de Emprego e Renda excepcional, eles obtiveram um desempenho relativamente mais equilibrado nos componentes sociais de Educação e Saúde, quase superando o limiar de 0,8.

Logo abaixo deste grupo, potências econômicas como Cuiabá (0,7922), Sinop (0,7900) e Rondonópolis (0,7831) ficam retidas na faixa de "desenvolvimento moderado". Este dado é crucial, pois evidencia o "teto de desenvolvimento" discutido anteriormente. Nesses casos, o extraordinário desempenho no pilar de Emprego e Renda é neutralizado por uma performance apenas mediana nos indicadores sociais, especialmente na Saúde. O resultado desses polos demonstra, de forma inequívoca, a desconexão entre o dinamismo econômico e o avanço social, sendo este o principal fator que impede uma classificação superior.

Na extremidade oposta do espectro, a análise revela a profundidade da vulnerabilidade multidimensional. Municípios como Ponte Branca (0,4624), Santa Terezinha (0,4506) e General Carneiro (0,4248), classificados com "desenvolvimento baixo", sofrem de um efeito cumulativo de deficiências. A ausência de uma base econômica sólida se combina com sistemas de educação e saúde precários, resultando em um baixo desempenho agregado.

A situação torna-se ainda mais grave para Campinápolis (0,3657) e Nova Nazaré (0,3326), cujos escores inferiores a 0,4 os posicionam na categoria de "desenvolvimento crítico". Para estes municípios, o cenário não é de mera dificuldade, mas de uma crise sistêmica, onde a ausência de oportunidades econômicas coexiste com um colapso dos serviços públicos essenciais, configurando um ciclo vicioso de estagnação e exclusão.

Recomendações para Políticas Públicas

O desafio central do estado é transformar o ciclo de desenvolvimento atual, que arrisca ser vicioso (crescimento econômico → migração acelerada → sobrecarga dos serviços sociais → queda na qualidade de vida), em um ciclo virtuoso (crescimento econômico → investimento estratégico da receita → melhoria dos serviços sociais → aumento da qualidade de vida → atração de mão de obra qualificada → diversificação econômica).

Para isso, é fundamental que os governos municipal e estadual utilizem os instrumentos de política de desenvolvimento já existentes, como o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (PRODEIC) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), para criar mecanismos que reinvistam uma parcela da receita tributária gerada pelo agronegócio diretamente no fortalecimento dos pilares de Educação e Saúde. Isso se traduz em ações concretas: construir mais escolas e unidades de saúde, investir na formação e remuneração de professores e profissionais de saúde, e modernizar a gestão dos serviços públicos nos municípios de maior crescimento.

A vulnerabilidade demonstrada pela dependência excessiva do agronegócio torna a diversificação econômica uma necessidade estratégica. As políticas públicas devem incentivarativamente setores que possam agregar valor às commodities produzidas, como a agroindústria de processamento de alimentos, e explorar novas vocações econômicas. O turismo, aproveitando os biomas únicos do estado, e a tecnologia aplicada ao campo (AgriTech) são exemplos de setores com alto potencial.

Uma economia mais diversificada não só é mais resiliente a choques externos, como também tende a gerar empregos de maior qualificação e a promover um desenvolvimento territorial mais distribuído.

O IFDM não deve ser visto apenas como um "boletim de notas" anual, mas como uma ferramenta ativa de governança. O governo estadual pode utilizar o índice para orientar o planejamento e a alocação de recursos. Uma estratégia seria criar incentivos (como repasses de verbas ou prioridade em programas de investimento) para os municípios que demonstrarem um crescimento mais equilibrado entre os três pilares do IFDM.

Os Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas Públicas, que já existem na estrutura de governança, podem ser os fóruns ideais para coordenar, monitorar e avaliar essas metas,

utilizando a própria estrutura do IFDM como um roteiro para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Considerações Finais

Com base na análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2025 (ano-base 2023), conclui-se que o estado de Mato Grosso vivencia um profundo paradoxo de desenvolvimento. O modelo econômico vigente, impulsionado pelo agronegócio, revelou-se extremamente eficaz na geração de riqueza, posicionando o estado como uma potência nacional no pilar de Emprego e Renda, onde ocupa o 3º lugar no ranking brasileiro. No entanto, essa notável pujança econômica não tem sido eficientemente convertida em progresso social para a totalidade de sua população.

A pesquisa evidencia uma fratura interna, a coexistência de "dois Matos Grossos". Um deles é moderno e próspero, concentrado ao longo do eixo logístico da BR-163, onde se localizam municípios com alto desempenho econômico, como Lucas do Rio Verde, Sinop e Primavera do Leste. O outro é um território marcado por carências estruturais, especialmente em regiões como o Vale do Araguaia, onde municípios apresentam indicadores críticos em Saúde e baixos índices em Educação.

Essa disparidade se manifesta de forma clara nos pilares sociais. Mesmo os municípios mais ricos do estado não conseguem atingir o patamar de "alto desenvolvimento" em Educação e Saúde, revelando um "teto" que a força econômica, por si só, não consegue romper. O caso de Lucas do Rio Verde, líder estadual no IFDM Geral, é emblemático: enquanto ostenta uma nota quase perfeita em Emprego e Renda (0,9462), seus indicadores de Educação (0,7792) e Saúde (0,7226) permanecem apenas em nível moderado. Essa desconexão é o desafio central do estado, onde o crescimento populacional acelerado pressiona os serviços públicos, que não evoluem no mesmo ritmo.

Portanto, o estudo sustenta que o modelo de desenvolvimento de Mato Grosso, embora exitoso na geração de emprego e renda, é insustentável a longo prazo se não for reorientado para reduzir as desigualdades e fortalecer os serviços sociais básicos. A extrema dependência do agronegócio também acarreta vulnerabilidades a flutuações de mercado e a questões climáticas, reforçando a necessidade de diversificação econômica.

Para um futuro verdadeiramente próspero e equilibrado, é necessário que as políticas públicas foquem na conversão da riqueza em bem-estar, transformando o ciclo de crescimento em um ciclo de desenvolvimento humano, social e econômico para todos os mato-grossenses.

Referências

- ARVOR, Damien *et al.* Spatial patterns of rainfall regimes related to levels of double cropping agriculture systems in Mato Grosso (Brazil). **International Journal of Climatology**, v. 34, n. 8, p. 2622–2633, 2014.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso**. [S.d.].
- BROWN, J. Christopher *et al.* Classifying multiyear agricultural land use data from Mato Grosso using time-series MODIS vegetation index data. **Remote Sensing of Environment**, v. 130, p. 39–50, 2013.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Edição 2025 (ano-base 2023)**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Análises sobre a dinâmica urbano-regional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. [S.d.].
- CASTENS, Jude H. *et al.* Soy moratorium impacts on soybean and deforestation dynamics in Mato Grosso, Brazil. **PLOS ONE**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. e0176168, 2017.
- SANCHES, et al. Estudo sobre a cidade de Sinop. **Ambiente Construído & Sustentabilidade**, 2021.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE-MT). **Relatório técnico referente ao primeiro quadrimestre de 2024**. Cuiabá, 2024